



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DO DIA 15 DE JUNHO DE 2016

Presidente

Lucindo dos Anjos de Fontes Couto

Deputados

José Honorato Sousa Medeiros	Teresa da Ressurreição S. Pimentel Medeiros
António José de Braga Sousa	Andreia Margarida Vicente Junco
Maria Margarida Sousa Arruda Pinheiro	João Alberto Carreiro de Medeiros Simas
Francisco Resendes da Câmara Melo	Pedro Henrique Soares Correia
Agostinha Maria Moreira Gomes	Séfora de Fátima Santos da Costa Correia
Rui António Dias da Câmara de Carvalho e Melo	Emanuel Frias Santos
Maria Helena de Rodrigues e Ponte	António José Santos Ponte
Hélder Herculano Pimentel Medeiros	Emanuel de Sousa Medeiros
Maria Rita Cabral Rodrigues	Flávio Miguel da Ponte Pacheco
Edgardo Costa Madeira	Rui Nelson Furtado Amaral
Erasmoo Carlos Esteves de Melo Moniz	Arménio Maurino Correia Jardim
Carlos Manuel de Arruda Dias Soares	
Paulo Alexandre Pacheco Duarte	

Secretários

Maria Paula Carvalho Dias Pimentel

Clotilde de Melo Cabral Correia da Ponte



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE JUNHO DE 2016

ÍNDICE

ORDEM DE TRABALHOS

- PONTO UM - Proc.º N.º 7504/2015 - Pedido de Delegação de Competências para o ano de 2016 - Junta de Freguesia de Ponta Garça
- PONTO DOIS - Proc.º N.º 468/2016 - Pedido de Delegação de Competências para o ano de 2016 - Junta de Freguesia da Ribeira das Tainhas
- PONTO TRÊS - Proc.º N.º 812/2016 - Pedido de Delegação de Competências para o ano de 2016 - Junta de Freguesia de Água d'Alto
- PONTO QUATRO - Proc.º N.º 1007/2016 - Pedido de Delegação de Competências para o ano de 2016 - Junta de Freguesia de São Miguel
- PONTO CINCO - Proc.º N.º 1884/2016 - Pedido de Delegação de Competências para o ano de 2016 - Junta de Freguesia da Ribeira Seca
- PONTO SEIS - Proc.º N.º 2255/2016 - Pedido de Delegação de Competências para o ano de 2016 - Junta de Freguesia de São Pedro
- PONTO SETE - Proc.º N.º 898/2016 - Informação - Relatório Trimestral de Acompanhamento do Plano Financeiro - Exercício de 2016 - 1º Trimestre
- PONTO OITO - Proc.º N.º 1171/2016 - Proposta de Deliberação - Prestação de Contas Consolidadas do no de 2015
- PONTO NOVE - Proc.º N.º 1177/2016 - Proposta de Deliberação - 3ª Revisão Orçamental
- PONTO DEZ - Proc.º N.º 1176/2016 -Proposta de Deliberação - Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE JUNHO DE 2016

Aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezasseis, nesta Vila e no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, em sessão Ordinária, a Assembleia Municipal sob a presidência do senhor Lucindo dos Anjos de Fontes Couto, secretariado pela senhora Maria Paula Carvalho Dias Pimentel e pela senhora Clotilde de Melo Cabral Correia da Ponte, respetivamente na qualidade de primeira e segunda secretária da Mesa da Assembleia. -----

O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão eram 20h00. -----

De seguida, foram conferidas as presenças de todos os elementos constituintes daquele órgão autárquico verificando-se as faltas de comparência, justificadas e com pedido de substituições, dos Membros da Assembleia dos Grupos Eleitos pelo PPD/ PSD nomeadamente Cláudia de Jesus Lima Cabral que se fez substituir por Francisco Resendes da Câmara Melo e Grupo Eleito pelo PS, João Carlos Barbosa Leite que se fez substituir por Teresa da Ressurreição Soares Pimentel. -----

Assistiram à reunião o Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues, o Vice-Presidente, Carlos Manuel de Melo Pimentel e os Vereadores, Conceição de Jesus Pinheiro Botelho Quental, Arnaldo Branco Raposo de Amaral, Gonçalo Patrício Fontes Dias, Mário Rui Braga e Sabrina Marília Coutinho Furtado. ----

Foi submetida a apreciação, a ata da sessão da Assembleia Municipal do dia 20 de abril de 2016, sendo aprovada por maioria, com abstenção do membro da Assembleia Municipal do grupo do Novo Rumo, Carlos Manuel de Arruda Dias Soares, por não estar presente na última sessão de 20 de abril. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

Dando início ao período antes da ordem do dia, o membro da Assembleia, do grupo eleito pelo PPD/ PSD, João Simas, pediu a palavra para apresentar o voto de congratulação abaixo transcrito. -----



“VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Considerando que o Sr. Presidente da Câmara Municipal, passou a informar a Câmara e Assembleia Municipal, quais as obras a realizar, através das propostas de Revisão Orçamental;

Considerando que o PSD, já há muito anunciou e pratica, que as questões financeiras, é à maioria, que compete a responsabilização das opções técnicas e a sua implementação, abstendo-se nas referidas votações;

Considerando que, os socialistas, já por mais de uma vez, tentam colar a posição política do PSD, sobre assuntos financeiros, sujeitos à Auditoria do Tribunal de Contas, a posições políticas sobre investimentos no nosso Concelho;

Leva que os Deputados Municipais do PSD, se congratulam ou rejeitam as iniciativas de investimento, de forma isolada.

Assim, os Deputados Municipais do PSD, congratulam-se pela iniciativa da Câmara Municipal em iniciar as melhorias na Avenida Vasco da Silveira, com um passeio, que irá permitir ir da Praia da Vinha d’Areia até à Ribeira dos Pelames.

Vila Franca do Campo, 14 de junho de 2016

Os deputados Municipais”.

Colocado a votação foi o mesmo aprovado por maioria, com votos a favor dos grupos eleitos pelo PPD/PSD e Novo Rumo e do membro independente da Assembleia Municipal, Edgardo da Costa Madeira e com abstenção do grupo eleito pelo PS.-----

Pediu a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, Flávio Pacheco, para apresentar o voto de congratulação abaixo transcrito. -----

“ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DO CAMPO VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Celebrou-se, no passado dia 29 de Maio de 2016 na paróquia e freguesia de São Pedro, concelho de Vila Franca Do Campo, o quinquagésimo aniversário da ordenação sacerdotal do padre António José Pimentel Cassiano.

Hoje com 72 anos de idade e natural da freguesia de Furnas, concelho de Povoação, o Padre António Cassiano iniciou a sua atividade sacerdotal na Ilha de São Jorge aos 22 anos de idade.

Foi, no entanto, em Vila Franca do Campo e a partir do ano de 1974 que o pároco António Cassiano viria a residir e a exercer por mais tempo a sua função sacerdotal, nomeadamente os últimos 42 anos.



Em 1975 concorreu a uma vaga de quadro na Casa do Povo de Vila Franca do Campo tornando-se, assim, um funcionário administrativo responsável por prestar serviços de cariz social às populações rurais do concelho, cargo que exerceu durante 21 anos, optando ao mesmo tempo por renunciar deliberadamente ao ordenado de pároco com o intuito de diminuir a despesa da própria paróquia.

Foi o impulsionador da criação, na Casa do Povo, de uma Cantina onde os produtos eram vendidos quase a preço de custo de forma a auxiliar muitas famílias carenciadas.

Na mesma altura inscreveu-se no sindicato dos Trabalhadores da Função Pública onde, após diversas solicitações, tornou-se dirigente sindical regional, fazendo posteriormente parte da direção nacional, cumprindo depois ainda três anos de mandato na CGTP em representação das estruturas sindicais dos Açores.

Foi por muitos anos, o responsável pelo boletim semanal de São Pedro intitulado “A Semente”, onde teve início o seu gosto particular pelo jornalismo. Desde o ano 2000 que exerce o cargo de diretor do jornal centenário “A Crença”. Presentemente é Ouvidor Eclesiástico.

Defensor de valores humanistas, tem exercido a sua função de pároco nos últimos 50 anos tentando pregar o Evangelho numa perspetiva mais pedagógica do que impositiva.

Em todas as suas funções encarou sempre com humildade e dignidade o seu objetivo de serviço de missão de ajuda aos mais necessitados, nomeadamente aos menos dotados de posses e saber. Esta postura é claramente pronunciada nas suas homilias e ações pastorais, refletindo desta forma a sua dimensão social de evangelização.

Pessoa de grande simplicidade e sabedoria, orador, escritor, confessor e conselheiro espiritual, foi e continua a ser um motor de mudança de mentalidades, de construção de democracia, de dignificação dos valores humanos. É, portanto, uma pessoa de referência no concelho que transformou a vida de muitos Vilafranquenses.

Assim, por todas as razões apresentadas, o grupo parlamentar da Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo do Partido Socialista vem propor a essa Assembleia Municipal um voto meritório de congratulação pelos seus 50 anos de serviço sacerdotal do Padre António José Pimentel Cassiano.”

O Presidente da Câmara, no uso da palavra que lhe foi conferida, informou que estivera presente na comemoração das Bodas de Ouro Sacerdotais do Padre Cassiano e referiu que a Câmara tinha oferecido uma salva de prata ao Padre Cassiano como forma de agradecimento pelo empenho, pela dedicação e pela humildade que esse sempre tivera ao longo da sua vida sacerdotal. -----



O membro da Assembleia Rui Melo pediu a palavra para, em nome do grupo eleito pelo PPD/ PSD, se associar ao voto em questão. Referiu que o Padre Cassino havia sido um visionário e que a sua vida se havia pautado sempre pela luta em prol dos mais desfavorecidos. Concluiu desejando – lhe felicidades e saúde para continuar a sua demanda. -----

O voto foi aprovado por unanimidade. -----

De seguida o Presidente da Junta de Freguesia de Água d’Alto pediu a palavra para apresentar a proposta que a seguir se transcreve. -----

“VOTO DE RECOMENDAÇÃO:

RECONHECIMENTO PÚBLICO QUANDO UM MUNÍCIPE ATINGE 100 ANOS.

O envelhecimento populacional é um fenómeno recente na humanidade. O desenvolvimento científico e tecnológico contribui para o declínio da mortalidade, vacinações sistemáticas, saneamento básico e, principalmente, para os avanços da medicina que faz com que as pessoas vivem mais tempo. Estudos recentes da ONU, revelam que, hoje os idosos são a parcela da população que mais cresce. A população com mais de 60 anos passou de 4,7 milhões (5% do total) em 1970 para 19 milhões (10%) hoje. E a ONU estima que esses números continuem aumentando consideravelmente nos próximos 50 anos. Até meio século atrás, atingir a terceira idade era proeza, quando a expectativa de vida situava-se nos 50 anos. Hoje é cada vez maior o número de pessoas com 80 ou 90 anos. O perfil do idoso atual é diferente daquele perfil de meio século atrás. A idade não pode ser considerada como aspeto negativo, mas focalizada como sinónimo de experiência, sabedoria acumulada ao longo dos anos que os idosos podem transmitir aos jovens.

Assim, considerando que atingir a meta dos 100 anos de idade é um acontecimento relevante na vida de qualquer cidadão e que este acontecimento raro deverá ser devidamente valorizado pelo município; considerando que no concelho de Vila Franca do Campo poderão existir idosos nessas condições, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vem por este meio recomendar ao executivo camarário o seguinte:

- 1) Que seja atribuída uma distinção pública a um munícipe quando atingir os 100 anos de idade.*

Vila Franca do Campo, 15 de junho de 2016.

*O Deputado Municipal,
Emanuel Santos.”*



Posto a votação, a recomendação foi aprovada por unanimidade. -----

O membro da Assembleia eleito pelo PPD/PSD, Paulo Duarte, pediu a palavra para alertar sobre um comentário que tinha ouvido numa das rádios regionais locais. Referiu que, apesar de terem falado muito bem sobre a organização da festa do São João da Vila, falharam a comunicação ao referirem que o campismo, durante aqueles dias de festa, seria livre nas zonas verdes de Vila Franca do Campo. -----

O Presidente da Câmara, no uso da palavra que lhe foi conferida, disse que não tinha ouvido o referido comentário. No entanto, referiu que o facto das noites de festas não serem seguidas não seria previsível a permanência de pessoas para a prática de campismo. -----

Pelo membro da Assembleia Municipal, Francisco Carvalho Melo, eleito pelo PPD/PSD, foi apresentado o voto que abaixo se transcreve. -----

**“VOTO DE CONGRATULAÇÃO
Campo de Jogos Municipal
da
Mãe De Deus**

*Na reunião da Assembleia Municipal, realizada no dia 19 de Novembro de 2015, na freguesia de Ponta Garça, o Grupo Deputados Municipal do PSD, apresentou o seguinte voto de recomendação, **que foi rejeitado pela maioria dos Deputados Municipais do Partido Socialista:***

Considerando que os terrenos do antigo recinto desportivo, para a prática do Futebol, sito à Rua Visconde da Palmeira, foram na sua maioria doados ao Município, com o destino de serem construídos campos de Futebol e Voleibol;

Considerando que o distinto Vilafranquense, Sr. Manuel Soares Ferreira, já falecido, no seu livro “Coisas da Vila” recorda que aquela propriedade era um fértil terreno, com 18 estufas de Ananases, com 800 plantas cada, demonstrando assim, que o Sr. Visconde da Palmeira e os outros, que doaram terrenos de primeira, no Centro da Vila, para a prática de desporto, consideravam de grande importância para o povo esta atividade;

Considerando que durante muitas décadas, o Campo de Jogos da Mãe de Deus, foi a única sala de visitas desta Vila, que ao Domingo recebia centenas de visitantes de toda a Ilha, que faziam excursões para passar o dia na Vila e assistir à partida de Futebol, onde participava a sua equipa, em jogos com os Pretos ou com os Azuis;

Considerando também que o Campo de Jogos da Mãe de Deus, reforçou a sua importância, por estar localizado, junto da maior Escola Básica e Secundária do Concelho, podendo ser utilizado durante o dia pela população escolar e a partir das 18h pelos desportistas em geral;

Considerando que o Governo Regional, considerou na sua política de educação e desporto, que as Escolas Secundárias, por toda esta Região deviam ter uma



infraestrutura como um campo de futebol de 11, conforme se constata nas diversas Escolas Secundárias, em outros concelhos dos Açores;

Considerando ainda, que o Governo Regional dos Açores apoiou um campo de relva sintética em todos os concelhos da Região, com exceção de Vila Franca do Campo;

Considerando por fim, os terrenos onde está construído o antigo campo da Mãe de Deus, recuperou, recentemente as dimensões exigidas, para a prática de jogos oficiais de Futebol, nos termos das directrizes emitidas pela FIFA, organização que tutela o Futebol Mundial;

Acresce ainda, que a utilização por dezenas de atletas, do Campo Municipal de Ponta Garça, pelos atletas das equipas da Vila, tem custos altíssimos e obriga a uma grande logística de transportes, que são insuportáveis, para nossos clubes e familiares dos jovens atletas;

E, respondendo às diversas manifestações de desportistas, familiares e população em geral:

*Os Deputados Municipais do PSD, **propõem à Assembleia Municipal que Recomende à Câmara Municipal**, que mande elaborar um Estudo Prévio, que permita identificar, com clareza e precisão, as possibilidades de reabilitação do Campo de Jogos Municipal da Mãe de Deus, para a prática do desporto, designadamente o Futebol de 11 e também da possibilidade de criar um parque de estacionamento, em espinha, idêntico ao que foi construído pela Câmara Municipal, junto da Escola Básica e Secundária, permitindo a utilização diária de todos os Vila-franquenses.*

Na discussão do referido Voto, o Presidente da Câmara Municipal, referiu o seguinte: “Um Campo de Futebol necessita de financiamento e a Câmara Municipal não dispõe de verba para tal. Havia que encontrar uma solução o que não seria nesse mandato, finalizando repetindo que tinha que cumprir o que prometera-o plano, pelo qual tinha sido eleito e nesse Plano não estava incluído a recuperação do Campo de Jogos da Mãe de Deus, sic.

Na última reunião da Assembleia Municipal, do dia 20 de Abril de 2016, o Presidente da Câmara Municipal, apresentou a 2ª Revisão Orçamental, onde constava a verba necessária para avançar, com a obra da Requalificação e Remodelação do Campo Jogos da Mãe de Deus, para prática de futebol de onze.

Os Deputados Municipais do PSD, abstiveram-se, como fazem em todas as questões de natureza financeira, porque é, à maioria, que compete a responsabilização das opções técnicas e sua implementação legal.

Contudo, em debate com um Município, no período da intervenção do público- o Presidente da Câmara, tentou sem conseguir, colar a abstenção do PSD, na Revisão Orçamental, como a vontade do PSD, ser contra à recuperação do Campo de Jogos da Mãe de Deus.

*Assim, para que não restam dúvidas, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e a outros Socialista, o Grupo de Deputados Municipais do PSD, apresenta o **Voto de Congratulação, pela decisão em recuperar e Remodelar o Campo de Jogos da Mãe de Deus**, para futebol de onze, em conformidade, com a vontade do PSD de Vila Franca do Campo, que consta do seu Programa Eleitoral.*

Vila Franca do Campo, 14 de Junho de 2016

Os Deputados Municipais “



O Presidente da Câmara, no uso da palavra que lhe foi conferida, reagiu ao voto apresentado explicando que a ideia que os deputados do PSD tinham, ao se absterem nas questões financeiras pensando que se iam eximir da responsabilidade do assunto votado, era falsa porque para validar uma desresponsabilização era necessária votar contra e realizar, logo de seguida, uma declaração de voto. Afirmou que ao se absterem revelavam que eram indiferentes em relação ao que era feito. Por aquela razão quem procedia daquele modo era considerado leigo, não conhecedor da lei, uma vez que não eram as declarações de voto em Assembleia Municipal seguinte, que os iriam ilibar. ----

A senhora Helena Ponte, membro da Assembleia Municipal eleita pelo PS, pediu a palavra para manifestar o seu desagrado sobre o voto apresentado, com a fundamentação de ser um assunto debatido inúmeras vezes e que era obsoleto falar sobre o mesmo. -----

Posto a votação foi aprovado por maioria, com abstenção do PS. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Água d'Alto, Emanuel Frias, pediu a palavra para congratular duplamente Câmara Municipal. A primeira congratulação prendia-se com a descida do IMI e pelo facto dessa descida ser muito boa para a economia local porque atrairia mais investimento a Vila Franca do Campo e a segunda pelo sucesso do Projeto Pro- Sucesso, uma vez que esse permitira que tivesse havido um maior sucesso escolar em todo o concelho – 30% para 35 %. -----

O Presidente da Câmara, no uso da palavra, agradeceu a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Água d'Alto e, referindo-se ao IMI, esclareceu que o mesmo tinha descido legalmente 5 pontos, de 0,5 para 0,45. Acrescentou que as outras câmaras que não estavam em desequilíbrio financeiro podiam descer ou alterar entre 3 a 5. Informou que com a descida do IMI baixava também a receita da Câmara Municipal entre 10% a 20%. No entanto, o bem-estar dos vila-franquenses era mais importante. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Rui Melo, pediu a palavra para demonstrar a sua estranheza relativamente a dois pontos. Em primeiro lugar, pelo facto das praias estarem cheias e não serem vigiadas, tendo sido prática corrente o início da época balnear começar todos os anos a 1 de junho. Em segundo lugar, pelo facto haver uma única bandeira azul no concelho. Salientou que Vila Franca do Campo estava a ser muito visitada e que aqueles galardões eram muito importantes e que eram uma referência para quem nos visitava. Relativamente às festas de São João alertou para a falta de condições que poderiam existir, se houvesse a intenção da Câmara Municipal, à semelhança do ano transato, colocar barracas em frente ao Café Damião, sem água e sem os requisitos normais de higiene no local. -----

O Presidente da Câmara, no uso da Palavra que lhe foi conferida, esclareceu que a época balnear com a respetiva vigilância, teria início depois das festas de S. João e iria até 4 de setembro, havendo para o efeito, no orçamento, a disponibilidade financeira de 35 mil euros para o pagamento dos nadadores salvadores. Quanto à candidatura da Bandeira Azul, referiu que a qualidade da água tinha de ser excelente. Esclareceu que foram feitas 4 vezes análises e que, por azar, até o Ilhéu tivera a pontuação de Bom,



assim como todas as praias do concelho. Sobre o alerta das condições higiénicas nos recintos pelas festas de S. João, o Presidente da Câmara afirmou não haver possibilidades de serem colocadas barracas na Praça das Freiras, por não se comportarem em termos de higiene e salubridade. Clarificou que essa tinha sido a razão pela qual as festas tinham sido mudadas para a Rotunda dos Frades. Ali estavam reunidas as condições necessárias para o desenrolar das festividades dado que o recinto reunia todas as condições de salubridade. -----

A senhora Rita Rodrigues, membro da Assembleia Municipal, eleita pelo PS, pediu a palavra para referir-se a uma reportagem, que havia lido no jornal, sobre a Junta de Freguesia de Ponta Garça e publicada nos primeiros dias do mês de junho, que a tinha entristecido muito. Referiu que não colocava em causa o respeito sobre a liberdade de expressão e exposição de ideias de cada indivíduo, defendia somente que todos os cidadãos residentes no concelho e eleitos como membros da Assembleia Municipal, tinham a responsabilidade acrescida de enobrecer a Ilha de São Miguel, o concelho de Vila Franca do Campo e a freguesia à qual pertenciam, o que muitas vezes infelizmente não acontecia. Considerou ainda que, situações que se queriam ver esclarecidas e resolvidas, deveriam ser feitas nos devidos lugares e não divulgadas na comunicação social nem em redes sociais, porque todos saberiam o impacto, a dimensão e o alcance daqueles meios e uma imagem negativa nunca deveria ser transmitida. Para concluir a sua intervenção pediu para que fosse esclarecida sobre algumas dúvidas que tinha em relação a certos sítios da sua freguesia nomeadamente sobre a Praia da Amora e a quem competia a limpeza e manutenção daquele espaço; sobre o trilho da Praia da Amora que fazia ligação à Ribeira Quente, encerrado havia algum tempo e sobre a possibilidade do mesmo ser reaberto e, por fim, a quem competia a sua recuperação e manutenção. Na mesma linha de pensamento, questionou o Presidente da Câmara sobre as obras de requalificação do espaço atrás do Polivalente de Ponta Garça, nomeadamente sobre quantos carros ira levar aquele parque e se iriam pintar linhas de separação/limitação entre cada lugar de estacionamento. -----

No uso da palavra que lhe foi conferido, o Presidente da Câmara Municipal, sobre as questões apresentadas, começou por informar que a limpeza das praias era da competência das Câmara Municipais. Alertou para o facto de haver algumas dificuldades nos trabalhos Trilho Praia da Amora- Ribeira Quente. Tinha havido deslizamentos de terras e o sítio havia sido visitado pela Secretaria do Ambiente para parecer técnico. Concluiu referindo que não havia garantias de segurança para passagem de pessoas pelo trilho e novos deslizamentos poderiam ocorrer. -----

Sobre a entrevista dada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Ponta Garça ao Açoriano Oriental, informou que todos os assuntos apresentados naquela assembleia e relacionados com a Junta de Freguesia de Ponta Garça foram todos tratados com o Presidente da Junta de Freguesia de Ponta Garça, senhor Rui Amaral e relativamente ao parque de estacionamento salientou que aquele nunca havia referido que eram poucos os lugares do parque de estacionamento do Polivalente de Ponta Garça. Informou os presentes que aquele parque teria lugar para 50 carros, que iria ter tudo o que era exigido a um parque de estacionamento e alertou que aquele era o maior parque de estacionamento realizado no concelho. Informou ainda à assembleia que tinha sido enviado o projeto para o presidente da junta, para que esse tivesse conhecimento. A



compra dos terrenos para a construção do parque havia sido feita com o presidente da junta e até o próprio assunto do trilho havia sido discutido com ele. Frisou que tudo havia sido feito em conformidade com o Presidente da Junta de Freguesia de Ponta Garça. Informou ainda os presentes que o “merendário”, mencionado na entrevista publicada no jornal, já existia e não tinha sido a câmara que o havia construído. -----

O membro da Assembleia Municipal, eleito pelo grupo do Partido Socialista, António José Braga, pediu a palavra para manifestar preocupação sobre o falatório e a especulação existente fora do concelho sobre o desentendimento entre a Junta de Freguesia de Ponta Garça e a Câmara Municipal. Frisou que se falava de arranjos de trilhos necessários para a vida das pessoas e de pequenas coisas que a junta poderia fazer. Alertou que havia problemas quotidianos na vida dos agricultores e lavradores que urgia resolver e salientou que ficava mal à Junta de freguesia falar de pequenas coisas enquanto grandes coisas e muito investimento estava sendo feito pela Câmara Municipal na freguesia de Ponta Garça. Apelou a que houvesse um bom entendimento entre os dois órgãos representativos do povo vila-franquense. -----

De seguida, o Presidente da Câmara Municipal teceu alguns comentários sobre o difícil relacionamento com o Presidente da Junta de Freguesia de Ponta Garça. Referiu que havia feito várias tentativas de estabelecer um bom relacionamento e nada havia conseguido. Concluiu referindo que atitude do Presidente da Junta de Freguesia de Ponta Garça perante as respostas que teceu na entrevista publicada, não se podia tolerar porque não eram verdadeiras. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Ponta Garça, pediu a palavra para esclarecer que tinha sido o jornalista a aparecer na Junta de Freguesia e que não tinha sido a Junta que o tinha chamado. Acrescentou ainda que a jornalista tinha trazido a entrevista pré-definida. Afirmou que a Junta de Freguesia não tinha feito qualquer obra no trilho da Amora, para além de coisas mínimas com canas da índia, uma vez que aquele acesso à Praia era muito frequentado. De imediato, quis saber quando tinha sido feita a citada vistoria ao respetivo Trilho, uma vez que não tinha tido conhecimento. -----

Para concluir, o senhor Rui Amaral, fez saber que, na qualidade de Presidente de Junta, já tinha pedido, havia mais de seis meses, uma reunião com o Vereador Arnaldo Amaral, responsável pela área do ambiente e também com o Vice-Presidente, Carlos Pimentel, uma vez que foi informado pelo Presidente da Câmara, que os assuntos expostos eram para serem discutidos com os vereadores. Arrematou referindo que continuava a aguardar resposta. -----

O Presidente da Câmara, após lhe ter sido conferida a palavra, anunciou que a sua capacidade de resistência e tolerância para com o Presidente de Junta da Freguesia de Ponta Garça estava no limite. Todavia, não seria por aquilo que os pontagarcenses iriam ser esquecidos e frisou que tudo faria por eles e pela Ponta Garça, independentemente da falta de entendimento entre a Junta e a Câmara. -----

Ainda sobre o mesmo tema, o Presidente da Junta de Ponta Garça, pediu a palavra, para afirmar que a Junta de Freguesia estaria sempre aberta para todos. -----



O Membro da Assembleia Municipal, Rui Melo, pediu a palavra para dizer que nunca havia culpa só de um lado. Fez lembrar que tinha de haver um relacionamento institucional entre os dois - Presidente da Câmara Municipal e Presidente de Junta freguesia de Ponta Garça. Apelou democraticamente pelo respeito por aquela freguesia e acrescentou que tanto Ponta Garça, como a freguesia de São Miguel eram Juntas discriminadas em comparação com as das outras freguesias. -----

Pediu a palavra o Membro Independente da Assembleia Municipal, Edgardo da Costa Madeira para referir que não se devia perder a esperança de ter um bom entendimento em nome do concelho. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM - Proc.º N.º 7504/2015 – Pedido de Delegação de Competências para o ano de 2016 – Junta de Freguesia de Ponta Garça

Foi presente à sessão a proposta da Câmara Municipal, sobre a celebração, com a freguesia de Ponta Garça, de um acordo de delegação de execução/competências, para o ano de 2016 no montante de 3 000.00 euros. -----

Relativamente à delegação de competências o Presidente da Câmara Municipal referiu que, como não se pagaria ainda as dívidas das empresas municipais, havia uma maior disponibilidade para parcerias com as Juntas de Freguesias. Dessas parcerias não faziam parte a Junta de Freguesias de Ponta Garça porque seria construído na freguesia o Parque de Estacionamento, a Capela da Luz Eterna e a abertura do caminho entre o Caminho Novo e a Senhora das Mercês. Arrematou dizendo que os critérios eram objetivos e justos. Referiu que tinham levado em consideração as freguesias mais pequenas em relação às freguesias maiores e com maiores transferências, caso da freguesia de Ponta Garça e São Miguel. Salientou ainda que no próximo ano, com o pagamento das dívidas do setor local, não haveria dinheiro para as parcerias. -----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DOIS - Proc.º N.º 468/2016 - Pedido de Delegação de Competências para o ano de 2016 – Junta de Freguesia da Ribeira das Tainhas

Foi presente à sessão a proposta da Câmara Municipal, sobre a celebração, com a freguesia da Ribeira das Tainhas, de um acordo de delegação de execução/competências, para o ano de 2016 no montante de 3 000.00 euros, acrescido de um suporte financeiro no valor de 1 875.00 euros, para a prestação do apoio das competências daquela Junta de Freguesia, referentes a transportes escolares. -----

-

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----



PONTO TRÊS - Proc.º N.º 812/2016 - Pedido de Delegação de Competências para o ano de 2016 – Junta de Freguesia de Água d’Alto

Foi presente à sessão a proposta da Câmara Municipal, sobre a celebração, com a freguesia de Água d’Alto, de um acordo de delegação de execução/competências, para o ano de 2016 no montante de

3 000.00 euros, acrescido de um suporte financeiro no valor de 6 000.00 euros, para a prestação do apoio das competências daquela Junta de Freguesia, referentes a transportes escolares. -----

O Presidente da Junta de freguesia de Água D’Alto, Emanuel Santos, agradeceu o esforço realizado e o diálogo estabelecido entre a Câmara e a Junta. Salientou que sempre tinha havido entre as duas instituições conversações com consenso e entendimento. -----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO QUATRO - Proc.º N.º 1007/2016 - Pedido de Delegação de Competências para o ano de 2016 – Junta de Freguesia de São Miguel

Foi presente à sessão a proposta da Câmara Municipal, sobre a celebração, com a freguesia de São Miguel, de um acordo de delegação de execução/competências, para o ano de 2016 no montante de 3 000.00 euros. -----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO CINCO - Proc.º N.º 1884/2016 - Pedido de Delegação de Competências para o ano de 2016 - Junta de Freguesia da Ribeira Seca

Foi presente à sessão a proposta da Câmara Municipal, sobre a celebração, com a freguesia da Ribeira Seca, de um acordo de delegação de execução/competências, para o ano de 2016 no montante de 3 000.00 euros, acrescido de um suporte financeiro no valor de 1 875.00 euros, para a prestação do apoio das competências daquela Junta de Freguesia, referentes a transportes escolares. -----

O Presidente da Junta de freguesia da Ribeira Seca, Emanuel Medeiros, referiu que fazia suas as palavras proferidas pelo Presidente da Junta de Freguesia de Água d’Alto. Salientou que as juntas pequenas também tinham despesas. Referiu o bom relacionamento mantido com a Câmara Municipal e fez notar que quando havia alguma discordância a atitude seria a busca por um bom entendimento em prol da freguesia. ----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----



PONTO SEIS - Proc.º N.º 2255/2016 - Pedido de Delegação de Competências para o ano de 2016 – Junta de Freguesia de São Pedro

Foi presente à sessão a proposta da Câmara Municipal, sobre a celebração, com a freguesia de São Pedro, de um acordo de delegação de execução/competências, para o ano de 2016 no montante de 3 000.00 euros. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, Flávio Pacheco, realçou o consenso das conversações existentes entre a Junta e a Câmara Municipal e referiu que a Junta de Freguesia de São Pedro, apesar de ser uma junta pequena, tinha muitas despesas e que depois de pagas as despesas fixas não restava nada para desenvolver qualquer atividade.

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO SETE - Proc.º N.º 898/2016 – Informação – Relatório Trimestral de Acompanhamento do Plano Financeiro – Exercício de 2016 – 1º Trimestre

Foi presente à sessão o Relatório Trimestral de Acompanhamento do Plano Financeiro do Exercício de 2016, referente ao 1º Trimestre. -----

O Membro da Assembleia Rui Melo pediu a palavra, para contestar a afirmação do relatório em análise. Referiu que o empréstimo não fora totalmente utilizado por via das dificuldades de negociação com a banca e devido às dívidas de empresas do SEF-Sector Empresarial Local àquela mesma banca. Afirmou que a mesma não correspondia à verdade dos factos pois a não utilização deveu-se à inoperância e negligência do executivo anterior, presidido por António Cordeiro. -----

Face à intervenção acima descrita, o Presidente da Câmara no uso da palavra, informou que tinha sido negociado com o sindicato bancário as dívidas da Câmara Municipal e essa não podia gastar o diferencial que havia crescido e, por tal, tinha de haver documentos de despesa. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO OITO - Proc.º N.º 1171/2016 – Proposta de Deliberação – Prestação de Contas Consolidadas do no de 2015

Foi presente à sessão, os documentos da Prestação de Contas consolidadas do Ano de 2015, para apreciação. -----

Colocados a votação, os mesmos foram aprovados por maioria, com um voto contra do membro da Assembleia Municipal eleito pelo PSD, Rui Melo. Abstiveram-se os restantes membros daquele grupo e o Membro Independente da Assembleia, Edgardo da Costa Madeira, com votos a favor dos membros do grupo eleito pelo Novo Rumo e de todo o grupo do PS.-----



O membro da Assembleia, Rui Melo fez a declaração de voto que abaixo se transcreve.

“Declaração de Voto”

Considerando que o nº 1 do artigo 75, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, consagra que ‘...apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas’ e tendo presente que no relatório de Prestação de Contas consolidadas, em discussão, não consta as contas da Empresa Vila Franca Parque, Sa, onde a Câmara participa no seu capital.

Considerando ainda que as mesmas nos termos do nº 3 do artigo 76, são remetidas ao órgão deliberativo acompanhadas da Certificação Legal das Contas e de parecer sobre as mesmas e tendo presente que não consta parecer referido na Lei, votei contra.”

PONTO NOVE - Proc.º N.º 1177/2016 – Proposta de Deliberação – 3ª Revisão Orçamental

Foi presente à sessão a 3ª revisão ao orçamento da autarquia para o corrente ano. -----

Posta a votação a mesma foi aprovada por maioria, com a abstenção do grupo eleito pelo PPD/ PSD e o membro Independente da Assembleia, Edgardo Costa Madeira. Votaram a favor, para além dos grupos eleitos pelo PS e Novo Rumo, o presidente da Junta de Freguesia de Ponta Garça. -----

PONTO DEZ - Proc.º N.º 1176/2016 – Proposta de Deliberação – Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos

Foi presente à sessão a proposta de alteração de assunção de compromissos plurianuais detalhados nas Grandes Opções do Plano da autarquia para o ano de 2016. -----

Posta a votação a mesma foi aprovada por maioria, com a abstenção do grupo eleito pelo PPD/ PSD e o membro Independente da Assembleia, Edgardo Costa Madeira. Votaram a favor, para além dos grupos eleitos pelo PS e Novo Rumo, o presidente da Junta de Freguesia de Ponta Garça. -----

Não havendo outros assuntos a tratar e sendo 23 horas 00 minutos, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se elaborou a presente ata que eu, Maria Paula Carvalho Dias Pimentel, Secretária da Mesa da Assembleia, a mandei escrever e subscrevo. -----

-- Declaro ainda que a presente ata contém 15 folhas. -----